



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
TECNOLOGIA DO AMAPÁ – IFAP
CAMPUS MACAPÁ
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

NELIZA DA CONCEIÇÃO DAS MERCÊS ROCHA
SARA TALITA PEREIRA DE SOUZA

A INDIVIDUALIDADE DO EDUCANDO EM PERÍODO PANDÊMICO: uma revisão
bibliográfica

MACAPÁ, AP
2022

NELIZA DA CONCEIÇÃO DAS MERCÊS ROCHA
SARA TALITA PEREIRA DE SOUZA

**A INDIVIDUALIDADE DO EDUCANDO EM PERÍODO PANDÊMICO: uma revisão
bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá–IFAP, campus Macapá, como requisito avaliativo para obtenção do título do Curso Superior de Licenciatura em Formação Pedagógica.

Orientador: Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro

MACAPÁ, AP

2022

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- R672i Rocha, Neliza da Conceição das Mercês
A Individualidade do Educando em período pandêmico: uma revisão bibliográfica / Neliza da Conceição das Mercês Rocha, Sara Talita Pereira Souza. - Macapá, 2022.
33 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica (EaD) - Polo Macapá, 2022.
- Orientador: Valdiney Valente Lobato Castro.
1. Individualização. 2. Ensino-aprendizagem. 3. Pandemia. I. Souza, Sara Talita Pereira. I. Castro, Valdiney Valente Lobato, orient. II. Título.

NELIZA DA CONCEIÇÃO DAS MERCÊS

SARA TALITA PEREIRA DE SOUZA

A INDIVIDUALIDADE DO EDUCANDO EM PERÍODO PANDÊMICO: uma revisão
bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá–IFAP, campus Macapá, como requisito avaliativo para obtenção do título do Curso Superior de Licenciatura em Formação Pedagógica.

Orientador: Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro

BANCA EXAMINADORA

Valdiney Valente Lobato de Castro

Prof. Dr. Valdiney Valente Lobato de Castro
Orientador e Presidente da Comissão

Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues

Profa. Ma. Efigênia das Neves Barbosa Rodrigues
Membro parecerista

Karla Cristina Andrade Ferreira

Profa. Ma. Karla Cristina Andrade Ferreira
Membro parecerista

Neliza da Conceição das Mercês Rocha

Neliza da Conceição das Mercês Rocha
Acadêmico(a)

Sara Talita Pereira de Souza

Sara Talita Pereira de Souza
Acadêmico(a)

Aprovação em: 02 / 04 / 2022

Nota: 9,9

Dedicamos esse trabalho, com muito carinho a todos aqueles que se propõem a fazer uma educação de qualidade, individualizada, realizando um trabalho pautado na formação do ser humano em sua integralidade.

AGRADECIMENTOS

Eu, Neliza Mercês, agradeço.

Ao Altíssimo, por ter me dado vida, sabedoria, coragem, força, visão e entendimento para elaborar este trabalho.

Aos meus colegas de curso que se preocuparam com o andamento e elaboração desta pesquisa, cito: Francisco, Aureliana, Lucicléia e em especial a minha parceira de TCC, a Sara Talita.

À Polícia Militar da 4ª CIA de Tartarugalzinho que no início da elaboração desta pesquisa foi fundamental por ceder a sua Internet para eu estudar e pesquisar.

À minha irmã Rose Mercês que nunca mediu esforços para me ajudar e me incentivar a prosseguir com o trabalho, sempre me apoiando e me motivando a permanecer firme.

À minha cunhada Linda Shirley, que nos ajudou através de seu conhecimento a respeito de metodologia de pesquisa, a entender e alcançar a temática desejada.

À minha sobrinha Ziane Mercês que foi o meu braço direito e fundamental para a realização desse trabalho, sem ela não teria conseguido.

Ao professor Dr. Valdiney Valente, que de forma excepcional nos orientou, mostrando-se de uma sensibilidade extraordinária para entender o assunto que estávamos abordando, instigando-nos a aprofundar o conhecimento a respeito da temática, contribuindo de maneira significativa para o resultado desta pesquisa.

E por fim, gratidão a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste projeto.

Eu, Sara Talita de Souza agradeço.

Primeiramente a Deus pelo amor e pela misericórdia derramada sobre a minha vida, bem como, por iluminar minha mente nos momentos difíceis, dando-me força e coragem para prosseguir.

Aos meus pais, Valter e Eunice, que com humildade e honestidade ensinaram-me a cada dia converter-me em um ser humano melhor. A vocês todo o meu amor e a minha gratidão.

Aos meus irmãos, em especial ao Charles, que mesmo longe me apoiou e indiretamente contribuindo de forma positiva para a realização desse trabalho.

A minha amiga e cunhada Jusciléia pelo apoio e incentivo, minhas mais sinceras gratidões por tudo.

Aos meus tutores Clebson e Marise por não medirem esforços em nos ajudar.

Ao professor Dr. Valdiney Valente, por sua orientação, auxílio e contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, nos fazendo acreditar no potencial e benefício da temática.

A minha amiga e parceira nesse trabalho, Neliza Mercês, por sempre está comigo, ajudando e dando-me incentivo para seguir em frente.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.

RESUMO

A pandemia do coronavírus trouxe consigo inúmeros desafios, entre eles está o ensino-aprendizado dos alunos. Diante desse problema, objetivou-se analisar, à luz de estudos teóricos, como o processo individual de apreensão do conhecimento pode ser impactado pelo distanciamento social suscitado pela pandemia da covid 19, principalmente considerando os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, momento significativo para o desenvolvimento da individualidade do sujeito. O estudo caracteriza-se por sua natureza de revisão bibliográfica, cujo objetivo do estudo foi exploratório no sentido de analisar a individualização do ensino-aprendizado dos alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente nesse novo cenário de pandemia em que foram adotadas aulas remotas emergenciais. Essa pesquisa foi estruturada com a contribuição de 40 artigos, cujo objetivo e temática abordavam a individualidade do educando, a situação da covid 19 no Brasil, o impacto do coronavírus na vida escolar, didática sobre ensino-aprendizado dos alunos nos anos iniciais e que referenciam a apreensão do conhecimento e os impactos ocasionados pelo distanciamento social suscitado pela pandemia. Conclusão: Espera-se que esse estudo possa servir de alicerce para outras pesquisas com a mesma temática, e que os dados aqui produzidos sirvam para abrir um leque de discussões e propostas de políticas públicas a serem adotadas referentes a individualização do ensino-aprendizagem dos alunos que apresentem repulsão no aprendizado, principalmente na educação base do ensino fundamental I, pois é nesse período o melhor momento para se estabelecer uma estrutura de didáticas educativa que vão perdurar por todas as outras etapas educacionais.

Palavras-chave: Individualização; Ensino-aprendizagem; Ensino remoto; Pandemia; Covid-19.

ABSTRACT

The coronavirus pandemic has brought with it numerous challenges, among them is the teaching-learning of students. The objective was to analyze, in the light of theoretical studies, the individual process of knowledge apprehension and the impacts caused by the social distance caused by the covid 19 pandemic, for students in the early years of elementary school. The study is characterized by its bibliographic review nature, whose objective of the study was exploratory in the sense of analyzing the individualization of the teaching-learning of students enrolled in the initial years of elementary school, especially in this new pandemic scenario in which emergency remote classes were adopted. This research was structured with the contribution of 40 articles, whose objective and theme addressed the individuality of the student, the situation of covid 19 in Brazil, the impact of the coronavirus on school life, didactics on teaching-learning of students in the early years and that refer to the apprehension of knowledge and the impacts caused by the social distancing caused by the pandemic. Conclusion: It is hoped that this study can serve as a foundation for other research with the same theme, and that the data produced here will serve to open a range of discussions and proposals for public policies to be adopted regarding the individualization of the teaching-learning of students. that show repulsion in learning, especially in basic education of elementary school I, as this is the best time to establish a structure of educational didactics that will last for all other educational stages.

Keywords: Individualization; Teaching-learning; Remote teaching; Pandemic; Covid-19.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	PROCEDIMENTO METODOLOGICO.....	13
3	REFERENCIAL TEORICO.....	13
3.1	Pandemia do Covid-19.....	13
3.2.1	Consequência Da Pandemia Na Vida Escolar.....	15
3.3	Conceito de Ensino Remoto.....	17
3.4	Individualização no Processo Ensino-Aprendizagem dos Alunos.....	17
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
4	CONCLUSÃO.....	22
	REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus mostrou-se implacável, ao que se refere à sociedade, atingindo saúde, economia, esporte, lazer e educação, tornando-nos refém do isolamento cultural, social, educacional e econômico. Com isso, as classes menos favorecidas sofreram impactos irreparáveis.

Com a devastação mundial causada pelo COVID-19, as escolas nacionais tiveram que se adaptar a uma nova realidade. O isolamento social mudou a dinâmica do espaço de aprendizagem e algumas alternativas foram adotadas com o intuito de minimizar os prejuízos educacionais, com foco na preservação dos direitos garantidos à educação.

Antes do mundo ser assolado pela pandemia, o Brasil já enfrentava dificuldades com a individualização do ensino-aprendizagem de alunos que possuem dificuldades em assimilar os conteúdos pedagógicos. Geralmente, em uma turma presencial nos anos iniciais, frequentemente têm aqueles alunos que apresentam alguma dificuldade no aprendizado de determinada disciplina, mesmo sem conterem quaisquer especificidades físicas e/ou psicológicas.

Quantos desafios a pandemia trouxe para o mundo? A saúde foi submetida a prova, ocorreram tantas mortes, psicológicos foram afetados, famílias desmoronando por suas perdas. A pandemia nos isolou presencialmente das relações sociais, abrindo oportunidade de adentrarmos no mundo da tecnologia de maneira integral, fazendo com que profissionais se reinventassem e se adaptassem à nova realidade. Na educação houve consequências desses desafios da tecnologia, como a adesão do ensino remoto emergencial, redirecionando professores e alunos a utilizarem o sistema de ensino-aprendizagem online.

Os professores passaram a realizar a entrega dos conteúdos aos pais e/ou responsável pelo aluno, envio de tarefas pelas redes sociais, atividades impressas para os alunos sem Internet, gravação de aulas em pendrive, entre outras possibilidades para manter o processo ensino aprendizagem ativo. Essas mudanças da sala de aula para as telas dos celulares, tablets, computadores e conteúdos impressos, com adaptação imediata ao modelo remoto emergencial de ensino-aprendizagem sem tempo para planejamento, igualou os alunos, de forma que não se respeitou a individualidade daqueles que apresentavam dificuldades educacionais. É preciso garantir a singularidade do aluno, pois, todos tem sua peculiaridade no que concerne o ensino aprendido, mesmo sem apresentarem transtornos, à vista disso, o que se deve levar em consideração é o respeito e a garantia do caráter individual de aprendizagem.

Nesse sentido a problemática levantada por essa pesquisa fez o seguinte questionamento: como o processo individual de apreensão do conhecimento foi impactado pelo distanciamento social causado pela pandemia da covid 19?

No entanto, não houve tempo para apropriação de conhecimento sobre esse novo desafio, nem planejamento aprofundado, tudo foi muito de imediato, as aulas transformaram-se em educação remota, os conteúdos programáticos foram convertidos em slides, apostilas, vídeo aulas, e muitos desses alunos fazem parte da educação do campo ou de localidades ribeirinhas, ou seja, não têm acesso a internet, quem ajuda nas atividades são os pais, e alguns pais têm pouco conhecimento escolarizado, e sem contar com aqueles alunos que já apresentavam dificuldades no ensino-aprendizado, eles estão tendo que aprender sem ajuda de um professor, que é o profissional capacitado para repassar o conhecimento. Portanto, a pesquisa justifica-se na busca em demonstrar por intermédio de dados secundários, a relevância da individualização do ensino-aprendizado aos alunos, principalmente em período pandêmico.

Para que o estudo respondesse à problemática levantada, dividiu-se em referencial teórico, resultados e discussões. Os dados agrupados no referencial teórico corroboraram com o objetivo da pesquisa, nele foram descritos conceitos sobre Covid-19, ensino remoto, individualização do ensino-aprendizagem e, como o período pandêmico afetou a vida dos estudantes, principalmente dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental que necessitam dessa abordagem mais específica. Nos resultados e discussões, estão conteúdos que fazem referência sobre a individualização dos alunos, e todos os malefícios e dificuldades que a educação está enfrentando com a pandemia. Portanto, acredita-se que ao abordar essa temática, contribuiremos para a reflexão a respeito da individualização do ensino aprendido dos alunos que denotam dificuldades educacionais, matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, sensibilizando e respeitando as particularidades de cada indivíduo.

Diante desse contexto, objetivou-se analisar, à luz de estudos teóricos, como o processo individual de apreensão do conhecimento pode ser impactado pelo distanciamento social suscitado pela pandemia da covid 19, principalmente considerando os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, momento significativo para o desenvolvimento da individualidade do sujeito.

Os objetivos específicos que corroboraram com o estudo foram: discutir a respeito da pandemia do Covid-19; discorrer sobre as consequências da pandemia na vida escolar; compreender a respeito do novo formato de ensino remoto; demonstrar a relevância da individualização no processo ensino-aprendizagem dos alunos; descrever como o período da pandemia afetou diretamente a individualização do ensino-aprendizado dos alunos.

O estudo caracteriza-se por sua natureza revisão bibliográfica, cujo objetivo do estudo foi exploratório no sentido de analisar a individualização do ensino-aprendizado dos alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente nesse novo cenário de pandemia em que foram adotadas aulas remotas emergenciais.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa fundamentou-se em revisão literária, os dados retirados foram de fontes fidedignas como: The Scientific Electronic Library Online (Scielo), Pubmed, CNPq, utilizando os descritores, educação remota, período pandêmico, individualização do conhecimento, publicados em linguagem nacional e internacional dos últimos seis anos (2015 – 2021).

Estudos de revisão literária usufrui de informações com apanhado geral em evidências relacionadas a uma estratégia de descrição e intervenção específica, através da aplicação de métodos evidentes e sistematizados de buscas, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (MERCÊS, 2021). Segundo Sampaio e Mancini (2007), uma revisão bibliográfica é uma forma de buscar na literatura dados sobre um determinado assunto. Este tipo de busca é útil para integrar as informações de um dado estudo realizado individualmente sobre determinada intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados.

A pesquisa se deu de forma minuciosa, nas plataformas de conteúdos científicos. Foram selecionadas 60 publicações que faziam referências ao ensino aprendizado, ao realizar a leitura dos objetivos, resultados e conclusões, apenas 40 estudos foram selecionados para serem utilizados na escrita desse, os 20 documentos restantes, não puderam compor o estudo devido data de publicação que antecedia a data estabelecida ou faziam referências aos alunos com especificidades, o que não condizia com a abordagem desse estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Pandemia do Covid-19.

Em dezembro de 2019, foram registrados na cidade de Wuhan, na China, um número crescente de casos que envolviam pneumonia grave. E em 31 de dezembro foi descoberto que os casos registrados estavam relacionados a um novo agente do Corona vírus. A Covid-19 é uma doença causada pelo Corona vírus SARS-COV-2. A sigla COVID significa Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” faz referência a 2019, ano em que o governo chinês a divulgou publicamente (DE LIMA; SOUSA, 2021). A Organização Mundial da Saúde – OMS declarou que se tratava de uma pandemia e o isolamento social foi indicado como a mais eficiente estratégia para enfrentar o vírus, diminuir o ritmo de sua propagação e salvar vidas. As fronteiras entre os países foram fechadas, as atividades comerciais, espaços de lazer, escolas e universidades foram suspensas (COUTO et al., 2020).

O isolamento social se fez necessário por causa da alta transmissibilidade do coronavírus. A transmissão do SARS-CoV-2 se dá, predominantemente, por meio de gotículas contaminadas de secreções da orofaringe de uma pessoa infectada para uma pessoa livre da infecção, por tanto, a abordagem adotada para conter o vírus foi através do isolamento social, levando em consideração que cada organismo tem seu mecanismo de defesa diferenciado, existem pessoas que contraíram o vírus e não apresentaram sintomas, outros indivíduos tiveram reações pré-sintomáticas ou com sintomas leves, porém, mesmo sem sintomas podiam transmitir a doença (BAI; YAO; WEI et al., 2020).

No dia 30 de janeiro de 2020 foi declarado, pela Organização Mundial de Saúde, um surto de Coronavírus que chamou a atenção das autoridades de todo o mundo. O aumento exponencial dos casos de COVID-19 logo se tornou uma emergência de saúde pública de interesse internacional (ZHAI et al., 2020).

Desde o início do atual surto de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, houve uma grande preocupação com a doença que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes impactos (DE LIMA; SOUSA, 2021). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em 18 de março de 2020, os casos confirmados da Covid-19 já haviam ultrapassado 214 mil em todo o mundo. Não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia de coronavírus - tudo era novo. Recomendações da OMS (WHO, 2020), do Ministério da Saúde do Brasil, do Centers for Disease Control and Prevention Estados Unidos (CDC, 2020) e outras organizações nacionais e internacionais sugeriram a aplicação de

planos de contingência de influenza e suas ferramentas, devido às semelhanças clínicas e epidemiológicas entre esses vírus respiratórios. Esses planos de contingência preveem ações diferentes de acordo com a gravidade das pandemias.

Alguns termos foram usados para se referir às ações de controle da epidemia de COVID-19. Esses termos não são novos e dizem respeito a medidas de saúde pública não farmacológicas, historicamente, consagradas para o controle de epidemias, em especial na ausência de vacinas e medicamentos antivirais. Destacam-se o isolamento, a quarentena, o distanciamento social e as medidas de contenção comunitárias (WILDER-SMITH; FREEDMAN, 2020).

Segundo dados referenciados a respeito destes termos, o estudo de Aquino et al. (2020, p. 2425) assinala:

-O *isolamento* é a separação das pessoas doentes daquelas não infectadas com o objetivo de reduzir o risco de transmissão da doença. Para ser efetivo, o isolamento dos doentes requer que a detecção dos casos seja precoce e que a transmissibilidade viral daqueles assintomáticos seja muito baixa. No caso da COVID-19, em que existe um maior período de incubação, se comparado a outras viroses, a alta transmissibilidade da doença por assintomáticos limita a efetividade do isolamento de casos, como única ou principal medida.

-A *quarentena*, é a restrição do movimento de pessoas que se presume terem sido expostas a uma doença contagiosa, mas que não estão doentes, ou porque não foram infectadas, ou porque ainda estão no período de incubação ou mesmo porque, na COVID-19, permanecerão assintomáticas e não serão identificadas.

-O *distanciamento social* envolve medidas que têm como objetivo reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas, ainda não identificadas e, portanto, não isoladas.

De modo geral, a pandemia da Covid-19, trouxe uma série de consequências para a humanidade, pois as relações humanas foram modificadas, apresentando novos desafios e exigindo novas maneiras para nos relacionarmos com os outros e com o ambiente. Os obstáculos impostos para as interações presenciais no trabalho, na família, na escola, nas atividades de lazer e na aquisição de produtos para alimentação, dentre outros, exigiram uma série de cuidados pessoais, determinando respeito ao distanciamento social entre as pessoas (DA COSTA, 2020).

3.1.1 Consequências da pandemia na vida escolar.

Mal começaram as atividades do ano letivo de 2020 nas escolas brasileiras e os alunos já foram surpreendidos com a necessidade de interrupção das aulas. A suspensão se deu em função da pandemia da COVID-19 (DA SILVA MONTEIRO, 2020). Os dias foram passando, e as aulas não voltaram. De forma abrupta, mas natural em uma situação de crise, de alerta

mundial, as aulas foram interrompidas. Alguns dias passaram, e outras notícias começaram a ganhar o cenário: as aulas seriam “dadas”, de forma remota, usando do ensino à distância, também para os estudantes da Educação Básica, dentre eles os alunos e alunas da Educação Infantil e Ensino Fundamental (DA SILVA MONTEIRO, 2020).

O uso do ensino a distância tem respaldo na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), Lei nº 9.394 de 1996) (BRASIL, 1996), em seu Artigo 80, estabelecendo que o “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. No que se refere mais especificamente ao Ensino Fundamental, encontramos no Artigo 32, § 4º, que esclarece que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Em relação ao Ensino Médio, o Artigo 36, § 11º diz que “Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento”. Para a Educação Infantil, não foi encontrada, na atual LDB, nenhuma referência quanto à possibilidade do ensino à distância (DA SILVA MONTEIRO, 2020, p. 240).

Essa nova realidade vem exigindo do poder público tomadas de decisões rápidas e inéditas no setor educacional do Brasil, buscando minimizar os efeitos causados no aprendizado dos alunos durante o distanciamento social. No âmbito de suas competências, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio a público em 18 de março de 2020, se manifestar sobre a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas, de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19. Em decorrência desse cenário, os Conselhos Estaduais de Educação de diversos estados e vários Conselhos Municipais de Educação emitiram resoluções e/ou pareceres normativos para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas sobre a reorganização do calendário escolar e uso de atividades não presenciais (BRASIL, 2020; SCALABRIN & MUSSATO, 2020).

Segundo descrição de Kohan (2020, p. 05), os efeitos devastadores do covid-19 não refletiram somente na saúde física da população, como também, afetou diretamente as escolas. Pela primeira vez na história, desde sua existência, todas as escolas da rede nacional de ensino, foram obrigadas a suspender os trabalhos, por um período indeterminado. Em um sentido, então, o vírus decretou uma morte, pelo menos temporariamente, das escolas: as deixou sem vida interna, sem cheiros, sabores, sem ar.

Tal situação colocou a população mundial em estado de isolamento social, ou seja, impossibilitou reuniões e atividades familiares, de trabalho, de lazer, de esporte, de estudo, entre outros. Essa situação excepcional, não esperada pelos governantes das diversas nações, está exigindo adaptações severas, tanto físicas quanto sociais e emocionais, por parte de crianças, adultos e idosos (VERCELLI, 2020).

Além disso, a pandemia da Covid-19 escancarou as desigualdades sociais em toda parte, especialmente no Brasil. As desigualdades sociais também são acompanhadas de exclusão digital. O acesso à Internet continua desigual no País. No Brasil, praticamente metade da população não tem acesso à Internet ou tem acesso limitado e instável (COUTO et al., 2020). A pesquisa TIC Domicílios apontou que enquanto 92% da classe média está conectada, apenas 48% da população de baixa renda, Classes D e E, têm algum tipo de acesso à Internet, quase sempre via celular (TIC DOMICÍLIOS, 2019). Os desafios para a inclusão digital ainda são imensos no País

As desigualdades no acesso e usos da Internet em muitas áreas urbanas periféricas e zonas rurais reforçam as diferenças marcadas por vulnerabilidades sociais. Com tantas limitações para acessar e usar a Internet, estudantes das favelas, ribeirinhos, que estudavam nas escolas do campo não conseguem ter acesso aos conteúdos, afastando-os do apoio do professor em meio virtual, ou seja, os alunos ficam refém, muitas vezes, apenas das atividades que lhes são encaminhadas pelo docente, apartando-os do aprendizado com propriedade (SABÓIA, 2020).

Uma pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em 2018, apontou que 33% dos domicílios pesquisados das metrópoles, não têm acesso à internet (CETIC.BR, 2018). Fato que vem sendo reafirmado pela preocupação expressa por professores e professoras que declaram não ter acesso à internet com velocidade adequada ao planejamento e implementação de um ensino à distância; e por famílias que não têm condições, especialmente financeiras, para oferecer a seus filhos computador e internet em casa. Considerar a oferta de educação nessas condições pode acentuar ainda mais as desigualdades sociais, levando em consideração que esses dribles empregados pelas escolas, o período prolongado que esses alunos ficarão sem acompanhamento, sem o apoio do docente, resultará em discentes com déficit cada vez mais elevados do ensino-aprendizado (KNOP, 2017).

3.3 Conceito de Ensino Remoto

O termo remoto significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O Ensino Remoto ou Aula Remota se configura então, como uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pelo COVID-19 (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020).

As aulas remotas ocorrem de forma sincrônica, portanto com a “presença” do professor em tempo real, sendo que as dúvidas podem ser sanadas quando surgem, por vídeo chamada ou por chat. Ensinar remotamente permite o compartilhamento de conteúdo escolares em aulas organizadas por meio de perfis [ambientes controlados por login e senha] criados em plataformas de ensino (GARCIA et al., 2020).

Esse ensino foi aprovado através de 19 medida provisória nº 934 de 2020, que solicitava a flexibilização do cumprimento do calendário escolar. O ministério da educação (MEC) homologou essa medida com o parecer nº 5/2020, autorizando que as atividades não presenciais pudessem ser computadas para o cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia e da conseqüente suspensão das aulas presenciais (BRASIL, 2020).

A utilização do ensino remoto ou a distância, neste sentido, configurou-se como a saída temporária para atender os alunos durante o distanciamento social. Esse período levou os professores a utilizar o método de gravação de vídeo aulas, atividades enviadas pelo WhatsApp, vídeo clipes, bem como a utilização de plataformas remotas de ensino digital, como Google Meet, Zoom, Skype e Google Classroom, que tiveram papel preponderante nesse processo (GÓES; CASSIANO, 2020).

Tomazinho (2020) afirma que o ensino remoto é atualmente a única opção que os alunos têm para aprender e o currículo da maioria das escolas não foi criado e nunca foi sequer pensado para ser aplicado remotamente.

3.4 Individualização no processo Ensino-Aprendizagem dos Alunos

O reconhecimento das diferenças não é um fato novo, sabe-se que cada indivíduo aprende melhor ou com mais dificuldades em certos momentos ou sobre certos assuntos, essa afirmativa não é nenhuma novidade. O que é mais recente é a sensibilidade a essa diferença. O direito universal e irrestrito à educação é fato, mas o acesso e a permanência na escola não podem significar a falta de distinção quando necessário, ou seja, a negligência em relação ao atendimento às necessidades específicas de alguns alunos para a construção de conhecimentos (MASCARO, 2018).

Muitos esforços têm sido empregados em prol do desenvolvimento nos vários níveis da gestão educacional – federal, estadual e municipal – em favor da ampliação do atendimento e qualificação educativa nas redes de ensino, entretanto, inúmeras lacunas precisam serem sanadas (GATTI, 2017). Conforme mencionado nos dados de Callegari (2015), após analisar os dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que abrangeu 55.000 escolas públicas e 2,6 milhões de alunos do 3º ano do ensino fundamental, nos mostra que: no 3º ano do ensino fundamental uma em cada quatro dessas crianças não sabe ler ou fazer operações aritméticas simples, e, 45% delas não sabe escrever corretamente um texto simples.

Segundo dados referenciados por Gatti (2017), a autora analisou conteúdos em documentos do Todos Pela Educação (2015), em que apresenta alguns quantitativos referentes as avaliações da educação básica em todo território nacional:

Processamentos dos micros dados dos Censos Escolares e do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) mostram que a trajetória escolar dos alunos tem ainda perdas significativas: a proporção da população de 12 anos de idade, no Brasil, com ao menos os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental concluídos é de apenas 62%, com variações regionais grandes. Exemplificando: São Paulo (80%), Distrito Federal (79%), Minas Gerais (69%); Rio de Janeiro (56%); Pernambuco (52%); Alagoas (42%). A média de escolaridade dos brasileiros é de 7,7 anos, menos do que a duração do ensino fundamental. Além disso, os alunos que permanecem nas redes escolares mostram um desempenho nas provas nacionais que evidencia um retrato muito problemático. Encontra-se que a porcentagem de alunos que aprenderam o que seria adequado, ao final de cada etapa de educação em Língua Portuguesa, no 5º do Ensino Fundamental, é de apenas 45%, no 9º ano, apenas 29%, e no 3º ano do Ensino Médio, somente 27%; em Matemática, no 5º do Ensino Fundamental apenas 40% atingem o nível adequado, no 9º ano, apenas 16%, e, no 3º ano do Ensino Médio, só 9% deles está nesse nível (GATTI, 2017, p. 728-729).

Esses dados de Todos Pela Educação, só reforça que apreensão do conhecimento aos alunos, devem levar em consideração o caráter individual de aprendizagem. Por tanto, o trabalho pedagógico deve ser estruturado com foco na diferenciação quando necessário, de modo que a individualização seja o eixo para o sucesso acadêmico dos alunos que apresentam necessidades educacionais (MASCARO, 2018).

Encontramos uma proposta para estruturação dessa prática com fundamento na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). O PEI é uma ferramenta utilizada para a individualização do ensino, um programa com metas acadêmicas e sociais que atendam às necessidades e singularidades do sujeito (KEMPINSKI et al., 2015). De acordo com Munster et al. (2014, p. 48), o principal objetivo do PEI é propiciar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas “que sejam compatíveis com as necessidades individuais do estudante”. Ou seja,

o plano leva em conta as necessidades individuais dos sujeitos, tendo metas diferenciadas de acordo com as suas peculiaridades.

O estudo de Mascaro (2018, p. 13), refere-se à temática relacionada à discussão sobre estratégias pedagógicas no contexto da escola contemporânea para atuar com estudantes com necessidades educacionais especiais. Vivenciamos, nas últimas duas décadas, o desafio de equiparar oportunidades de aprendizagem para todos os alunos em nossas escolas, que precisam se modificar partir dos pressupostos da inclusão.

Conforme as escritas de Lopes (2014, p. 742), o termo “necessidades educacionais especiais” tem se apresentado, a partir da década de 1990, com algumas alterações nas legislações e documentos brasileiros como: portadores de necessidades especiais, educandos com necessidades educacionais especiais.

Lopes (2014, p. 744), no entanto, assinala:

Prosseguindo tecendo algumas considerações sobre o termo educandos portadores de necessidades especiais que vigorou por mais de 16 anos na Lei nº 9.394/96, consta nas legislações educacionais brasileiras. O conceito de necessidades educacionais especiais (NEE) foi introduzido pela primeira vez no Relatório Warnock (1978), englobando não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar, possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem.

Conforme o texto citado acima, as necessidades educacionais especiais não estão ligadas somente aos alunos com especificidades, mas também, estão voltados aos discentes que apresentam retardo no aprendizado. Segundo mencionado por Pletsch & Glat (2012, p. 199), nos dados do relatório de Warnock (1978), mostraram que as práticas pedagógicas e as atividades acadêmicas que ocorrem em classes regulares não sofrem qualquer transformação ou adaptação para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos sem especificidades, porém, com retardo no ensino-aprendizado. Ou seja, os professores continuam seguindo a proposta didática tradicional pautada numa concepção dicotômica do processo ensino e aprendizagem – normal e especial.

A individualização, no entanto, vai para além dessas necessidades, ela está atrelada à proposta de que cada aluno aprende de modo diferenciado. Sendo assim, esse caráter individual do aprendizado precisa do professor, pois ele saberá lidar com o processo de aprendizagem peculiar de cada aluno, e a ausência do docente, causado pela pandemia, principalmente aos alunos desassistidos de internet, poderá causar danos ao ensino-aprendizagem desse público. Com o foco no aprendiz, a autonomia do aluno é construída dentro de um processo conduzido ou mediado pelo professor (VELLOSO; SOUZA; FORCATO, 2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa foi estruturada com a contribuição de 40 documentos, entre artigos, documentos oficiais do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, cujo objetivo e temática abordavam a individualidade do educando, a situação da covid 19 no Brasil, o impacto do coronavírus na vida dos escolares, as didáticas abordadas sobre o ensino-aprendizado aos alunos nos anos iniciais e que referenciavam a apreensão do conhecimento e os impactos ocasionados pelo distanciamento social suscitado pela pandemia. Na estrutura do quadro (1), estão descritos alguns resultados interessantes sobre o ensino-aprendizagem, distanciamento social e os impactos causados nas escolas entre os alunos durante o período pandêmico.

Quadro 1 - Características dos estudos selecionados segundo autoria, ano, tema, objetivos e conclusão no período de 2015-2021, com contribuição direta para estruturação da pesquisa.

Autor e ano	Título da Publicação	Objetivos	Resultados
COLELLO, 2021	A alfabetização em tempos de pandemia	aprofundar a compreensão sobre a alfabetização em tempos de pandemia.	No que diz respeito ao plano das relações humanas, é possível prever uma escola mais atenta ao autocuidado e aos princípios éticos e seguros de convivência social. A aproximação entre educadores e famílias tende a subsidiar uma relação mais empática, que é vital para a vida escolar e para o desempenho dos alunos. Alguns pais passaram a valorizar mais o trabalho dos educadores; algumas escolas passaram a compreender melhor o contexto de seus alunos, sensibilizando-se com suas causas e necessidades.
AQUINO, 2020	Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil	Analisar o impacto das políticas de distanciamento social na pandemia de COVID-19 e os desafios para sua implementação no Brasil, de forma a ampliar a compreensão da sua necessidade, por parte da população, e propiciar subsídios à tomada de decisão por gestores.	Os achados científicos apresentados na presente revisão sugerem, fortemente, que a conjugação de isolamento dos casos, quarentena de contatos e medidas amplas de distanciamento social, principalmente aquelas que reduzem em pelo menos 60% os contatos sociais, têm o potencial de diminuir a transmissão da doença. Apesar da ainda escassa literatura sobre o tema no contexto brasileiro, a experiência prévia de países asiáticos e europeus recomenda que as estratégias de distanciamento social devem ser fortalecidas e realizadas de forma intersetorial e coordenada entre as diferentes esferas governamentais e regiões

			para que seja alcançado o fim da epidemia o mais brevemente possível, bem como para evitar ondas de recrudescimento do contágio da doença.
CADER-NASCIMENTO 2021	Alfabetização Na Perspectiva Do Letramento Durante A Pandemia	O objetivo da pesquisa, foi resgatar a aprendizagem desses processos com um estudante de 11 anos, a partir das contribuições com os pressupostos teóricos da psicologia histórico-cultural.	Os resultados apontaram ampliação da atenção seletiva, da percepção, da memória, da criação de estratégias cognitivas para leitura e escrita, do reconto oral das histórias para a comunidade e do domínio da natureza da língua escrita. Por meio da presente pesquisa, revelou-se a importância do acompanhamento mais individualizado dos processos de ensino e aprendizagem, com altruísmo e expectativas positivas do mediador em relação ao acesso à leitura e escrita
COUTO et al., 2020	#Fiqueemcasa: Educação na Pandemia da Covid-19	Analisar maneiras como o isolamento social é vivido e abala os brasileiros, sobretudo, no campo da educação.	O artigo conclui que as experiências Ciberculturas, especialmente, aquelas de uma educação on-line, alcançam uma parcela restrita de pessoas e aponta que os desafios para educar com tecnologias digitais ainda são imensos e precisam ser democratizados.
MONTEIRO, 2020	(Re)Inventar Educação Escolar No Brasil Em Tempos Da Covid-19	Propor uma reflexão sobre alguns dos impactos da COVID-19 na educação escolar brasileira.	A partir de uma proposta metodológica interrogativa, busca indícios, no diálogo com autores como Paulo Freire, Henri Bergson e Viktor Frank, de sentidos e valores que possam promover a resiliência contribuindo para a reconstrução da vida e (re)invenção da profissão docente e da educação escolar em meio à adversidade dos dias atuais.
KEMPINSKI et al., 2015.	Plano Educacional Individualizado: uma Proposta de Intervenção	Discutir o conceito de inclusão colocando em prática uma proposta de intervenção no campo do estágio supervisionado, efetivando um plano educacional individualizado (PEI) durante aulas de Educação Física para uma turma do ensino médio em uma escola da rede estadual do Paraná.	Considerando os resultados deste trabalho pode-se concluir que o PEI se constitui em uma ferramenta conveniente para esse processo educacional inclusivo, possibilitando ao professor conhecer as necessidades e possibilidades de seus alunos e adequar ao seu planejamento, estratégias que busquem o aprendizado e formação do sujeito em suas aulas, adequando métodos de ensino diferenciados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se fala em inclusão escolar e individualização do aluno, estamos falando de um processo que não se limita às dimensões físicas, envolvendo também níveis emocionais, sociais

e instrucionais, também estamos falando do intelecto desse aluno. Ao mencionar inclusão escolar e/ou individualização do aluno, o foco não são as deficiências do indivíduo, mas na falha da escola em proporcionar condições adaptativas às necessidades deles (FIRBIDA, 2018).

Dessa maneira, a inclusão e individualização educacional tem por finalidade garantir a valorização da diversidade e ações para que todos os alunos, independentemente de suas capacidades, sejam educados juntos e alcancem seus potenciais (COSTA, 2021). Tal concepção trouxe aspectos reflexivos sobre os métodos educacionais aplicados nas escolas, pois além da preocupação em incluir alunos com deficiências, também se preocupa em garantir o direito à educação formal para todo e qualquer aluno (COSTA, 2021).

Quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) indicou o ensino remoto em sua forma mais precarizada, não levou em consideração se havia recursos tecnológicos para os alunos pobres que pudessem garantir um processo de ensino-aprendizagem mínimo, percebe-se a falta de individualização e desrespeito para a massa populacional brasileira (DA COSTA, 2020).

Da Costa (2020) ainda ressalta, que o ensino remoto emergencial aconteceu primeiramente sem discussão nas escolas de educação básica, não houve discussão coletiva, não se consideraram as condições de acesso às tecnologias e materiais necessários por parte dos professores e estudantes, nem as condições das famílias para que este ensino ocorresse. Logo as escolas estavam funcionando com aulas por plataformas digitais e entrega de materiais impressos para as famílias em plena pandemia, mas não houve a preocupação para com esses alunos e com a metodologia que seria disponibilizada para ensiná-los.

A individualização do ensino e o autodidatismo estão no cerne desse “novo normal”, no qual o estudante é “empreendedor” de si mesmo. Segundo dados referidos por Cader-Nascimento & Sarmanho (2021, p. 02), “o grande desafio da área é como romper com o fracasso da aprendizagem, o qual reflete a profunda desigualdade social, econômica e política do país”. Passos e Gomes (2012, p. 350-351) destacam que há um discurso do princípio da equidade de igualdade de acesso e tratamento no sistema de ensino, mas não consideram “[...] as diferenças em termos das propriedades culturais, como também que a assimilação do capital escolar requer a posse prévia de condições que nem todos possuem [...]”.

O estudo de Cader-Nascimento & Sarmanho, levanta alguns questionamentos de grande relevância, quando busca-se entender a base do ensino-aprendizagem em nosso país. “Será que os 71% dos brasileiros incapazes de interpretar um texto simples têm equidade? Será que a escola sozinha é redentora de todas as mazelas sociais? Essas são questões que perpassam todo o fazer pedagógico, uma vez que são as pessoas em situação de alta vulnerabilidade social as

mais prejudicadas em termos de equidade, igualdade e tratamento no acesso às ferramentas culturais” (2021, p. 03).

Ainda segundo Cader-Nascimento & Sarmanho (2021, p. 03):

Sabe-se que a base da aprendizagem é decorrente da exposição ao universo cultural, bem como dos processos mentais superiores (memória, percepção, atenção seletiva, vontade etc.). Conforme a perspectiva sócio-histórica, a mediação linguística e a manipulação de ferramentas culturais são cruciais na aprendizagem de novas competências. Além disso, as crianças em situação de vulnerabilidade social precisam que as expectativas do outro sejam mais positivas e acolhedoras. É importante considerar as suas hipóteses, as relações que estabelecem com o conteúdo, as expectativas que possuem acerca do uso social e acadêmico da literacia e da numeracia, e os conflitos cognitivos que manifestam. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer e propor rotas que favoreçam o avanço, seja pelo método sintético ou analítico de alfabetização.

O sistema educacional merece destaque, uma vez que, em função dessa pandemia, o direito à educação tem sido abruptamente privado dos estudantes em seus mais diversos níveis de ensino. Esse direito à educação está previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nessa perspectiva, algumas questões foram levantadas sobre o ensino remoto, a individualização do ensino-aprendizagem e o direito a educação com equidade. Todos os estudantes têm acesso aos recursos tecnológicos disponíveis? Qual o papel da família nesse contexto ensino-aprendizagem (responsabilidade parcial ou fixa)? Todas as escolas apresentam condições (infraestrutura e pessoal, por exemplo) para a utilização desses recursos tecnológicos? Os professores estão aptos a utilizar tais recursos? O material repassado aos alunos está suprimindo a necessidade pedagógica? Todas as modalidades e formas de ensino serão contempladas? Os alunos com especificidades estão sendo contemplados? E, especialmente – embora outras questões possam ainda ser levantadas, como estes estudantes estão sendo avaliados? (DE OLIVEIRA; DE SOUZA, 2020).

Como primeira variável do ensino em tempos de pandemia, importa situar o abismo entre as realidades das escolas públicas e privadas para recriar condições de ensino. Enquanto nos estabelecimentos particulares o ensino seguiu com apoio da estrutura material e tecnológica mais sofisticada, nas redes municipais e estaduais, ficaram escancaradas dificuldades que, mais uma vez na história, marcam diferenças socioeconômicas, impondo consequências pedagógicas que não podem ser ignoradas (COLELLO, 2021).

Ao lado do descompasso de fundo socioeconômico, a dificuldade para enfrentar a situação foi também registrada no âmbito regional. O que comprova essa segunda variável é a diferença no índice de acompanhamento das aulas remotas: enquanto 91% das crianças da Região Sul tiveram acesso ao ensino por meios digitais, na Região Norte, 40% dos estudantes de Ensino Fundamental ficaram sem atividade. No total, pelo menos 8,7 milhões de estudantes brasileiros não tiveram acesso ao ensino remoto até o mês de julho (COLELLO, 2021; AMORIM, 2020).

Algumas variáveis corroboraram para tornar o ensino remoto um desafio constante, principalmente no que refere à individualização do ensino-aprendizagem dos alunos, no estudo de Colello (2021, p. 04), “como quinta variável, vale focar a participação das famílias. Seja pela indisponibilidade material, seja pelas dificuldades de acesso e de uso das plataformas, seja pela inexperiência com o trabalho pedagógico, pelas próprias exigências profissionais, ou ainda, pela falta de escolaridade (alfabetização)”.

Nesse sentido, podemos dizer que o ensino remoto, mesmo a curto prazo, causará danos irreparáveis na vida do estudante que necessita de um olhar individualizado para sua demanda de ensino-aprendizagem, conforme mencionado no estudo de Colello (2021, p. 04):

“Ao confundir ensino remoto e ensino à distância, muitas famílias e escolas partiram dos pressupostos de autonomia de trabalho e da possibilidade de foco dos alunos nas atividades - competências que não eram possíveis para a maioria das crianças. Os diversos relatos confirmaram que a simples presença dos alunos nos ambientes virtuais não garante a sua adesão, tampouco o mesmo ritmo de aprendizagem que eles costumavam ter em sala de aula”.

Na conclusão da pesquisa de Cader-Nascimento & Sarmanho (2021, p. 17), no qual foi abordado o ensino aprendizado da Língua portuguesa, com individualização e dinamismo, os autores referem: “Parece ter sido possível criar uma nova perspectiva de escrita e leitura para além do objeto de avaliação escolar, uma rota de ensino e aprendizagem para alcançar não apenas os participantes da pesquisa, mas também outras crianças que vivem em situação de alta vulnerabilidade social e que, infelizmente, compartilham desta triste realidade do ensino em nosso país. Além disso, o trabalho aponta o quanto é importante o professor assumir uma postura mediadora a partir das contribuições da perspectiva histórico-cultural, no processo de ensino, uma vez que não podemos abandonar as pessoas às próprias condições de aprendizagem e desenvolvimento (...)”. Nesse sentido, pode-se afirmar o quão importante será para o futuro do ensino-aprendizagem no país, se os professores manifestarem sensibilidades

na percepção das necessidades educacionais de seus alunos, em qualquer momento, e principalmente, nesse período de pandemia.

5 CONCLUSÃO

O estudo buscou nas bases científicas, dados que enfatizassem a necessidade da individualização do ensino-aprendizagem dos alunos, os resultados encontrados, demonstraram que muitos estudos fazem referência a individualização dos alunos com deficiência intelectual ou especificidades físicas, apenas um quantitativo mínimo faziam referência a individualização de alunos com dificuldade no aprendizado sem diagnóstico de deficiência, o que nos mostra a necessidade de mais estudos a serem produzidos com essa temática.

Conforme mencionado no estudo de Redig et al. (2017, p. 34):

“Necessidades educacionais especiais não são provocadas apenas por condições orgânicas, mas podem resultar de problemas psicológicos, sociais, culturais, entre outros, que interferem no processo de aprendizagem do aluno e que demandam, uma atenção diferenciada”.

No que diz respeito a individualização dos alunados em período pandêmico nas aulas remotas emergenciais, nenhum estudo enfatizou essa necessidade, entretanto, esse estudo reafirma a importância desse olhar humanizado por parte dos docentes para esses alunos. Entende-se que não está sendo fácil essa abordagem de estudo remoto, nem para o corpo docente, tão pouco para os alunos e familiares, não estávamos acostumados com tal situação. Sabemos que toda mudança brusca traz consigo algum grau de dificuldade e adaptação. Nesse sentido, o estudo sugere que a escola interaja com a família, enfatizando que pode contar com a escola, não apenas para informações vazias, mas também para essas dificuldades com seus filhos (alunos). Disponibilizar horário para aqueles alunos com dificuldades em assimilar os conteúdos que estão sendo repassados através de apostilas e slides, para que essa desinteligência possa ser sanada por especialistas, ou via web, ou presencial na própria escola.

Vale lembrar, que o professor é a peça fundamental para a propagação do conhecimento, e se sua didática estiver ligada a sensibilidade do reconhecer as dificuldades apresentadas por esses alunos, o vínculo do conhecimento e a alegria no aprender que será estabelecido, contribuirá para a proliferação do saber na vida deste indivíduo.

E para finalizar, espera-se que esse estudo possa servir de alicerce para outras pesquisas com a mesma temática, e que os dados aqui produzidos sirvam para abrir um leque de discussões e propostas de políticas públicas a serem adotadas referentes a individualização do ensino-aprendizagem dos alunos que apresentem repulsão no aprendizado, principalmente na educação base do ensino fundamental I, pois é nesse período o melhor momento para se estabelecer uma estrutura de didáticas educativa que vão perdurar por todas as outras etapas

educacionais. Portanto, se nessa etapa ensinar esse aluno a “aprender”, através do lúdico, da brincadeira, dos jogos, ou de outras técnicas pedagógicas que esse aluno se identifique, esse aprendizado se perdurará por toda vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, D. **8,7 milhões no País não têm acesso a aulas remotas**. O Estado de São Paulo, Metrópole. São Paulo: 21/8/2020, p. A13.
- AQUINO, Estela M. L et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020.
- BAI, Y.; YAO, L.; WEI, T.; TIAN, F.; JIN, D. Y.; CHEN, L.; WANG, M. Presumed Asymptomatic Carrier Transmission of COVID-19. **JAMA Netw Open** 2020. [Epub ahead of print].
- BRASIL. **Decreto Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 de set. 2021.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 14/09/2021.
- _____. Parecer do CNE/CP Nº 5/2020 de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID19. **Diário Oficial da União**, 1 de junho de 2020, Seção 1, Pg. 32. 2020.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Pleno/Conselho Nacional de Educação. **Parecer do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária anual, em razão da Pandemia da COVID-19. 28 de abril de 2020**. Brasília, DF, 2020. Disponível em [:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em 14 set. 2021.
- CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; SARMANHO, J. D. L. S. Alfabetização na perspectiva do letramento durante a pandemia. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 00, p. e021004, 2021. DOI: 10.30715/doxa.v22i00.14296. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/14296>. Acesso em: 14 set. 2021.
- CALLEGARI, C. Radicalizar o pacto pelas crianças do Brasil. **IBSA-Instituto Brasileiro de Sociologia**. Disponível em: <http://www.ibsa.org.br/radicalizacao.php>. Acesso em 09 set. 2015.
- Centers for Disease Control and Prevention. Pandemic preparedness resources [Internet]. Washington, D.C.: **Centers for Disease Control and Prevention**; 2020 [cited 2021 set. 11]. Available from: [Available from: https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/php/pandemic-preparedness-resources.html](https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/php/pandemic-preparedness-resources.html).
- CETIC.BR.TIC Domicílios 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/>. Acesso em: 12 set. 2020.
- COLELLO, Silvia M. Gasparian. A alfabetização em tempos de pandemia. 2021

COSTA, Gleicyanne Vieira da. **Inclusão e deficiência intelectual: ensino presencial e remoto sob o olhar de professores de uma sala de atendimento educacional especializado.** 2021.

COUTO, E. S., COUTO, E. S., & CRUZ, I. de M. P. #FIQUEEMCASA: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19. **EDUCAÇÃO**, 8(3), 200–217. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217>. Acesso em: 12/09/2021.

DA COSTA, Cláudia Lúcia. **Educação em Tempos de Pandemia: Ensino Remoto Emergencial e Avanço da Política Neoliberal.** 2020.

DA SILVA MONTEIRO, Sandrelena. (Re)inventar educação escolar no Brasil em tempos da COVID-19. **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 237-254, 2020.

DE LIMA, Luciene César; SOUSA, Léa Barbosa. Pandemia do Covid-19 e o Processo de Aprendizagem: Um Olhar Psicopedagógico/Covid-19 Pandemic and the Learning Process: A Psychopedagogical Look. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 15, n. 54, p. 813-835, 2021.

DE OLIVEIRA, Hudson do Vale; DE SOUZA, Francimeire Sales. Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 5, p. 15-24, 2020.

FIRBIDA, T. P. **O basquetebol e a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física.** 48 f. Monografia (Graduação em Estudos do movimento humano) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2018.

GARCIA, Tânia Cristina Meira et al. **Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas.** 2020.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

GÓES, C. B.; CASSIANO, G. “O uso das Plataformas Digitais pelas IES no contexto de afastamento social pela Covid-19”. **Folha de Rosto**, vol.6, n. 2, 2020.

KEMPINSKI, Igor Vinícius; EL TASSA, Khaled Omar Mohamad; GILMAR DE CARVALHO, C. R. U. Z. Plano Educacional Individualizado: uma proposta de Intervenção. **Revista Da Associação Brasileira De Atividade Motora Adaptada**, v. 16, n. 01, 2015.

KNOP, M. F. T. Exclusão digital, diferenças no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação: questões conceituais, metodológicas e empíricas. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 5, n. 2, p. 39-58, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/19437>. Acesso em: 12 set. 2020.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, 2020.

LOPES, Silmara Aparecida. Considerações sobre a terminologia alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 50, p. 737-750, 2014.

MASCARO, C. A. A. de C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, 18(205), 12-22. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43318>. Acesso: 13/09/2021.

MERCÊS, Ziane da Conceição. Dados Microbiológicos Das Polpas De Frutas Fornecidas Pela Agricultura Familiar Para As Escolas Da Rede Públicas De Ensino. *Revista Brasileira de Agrotecnologia-ISSN 2317-3114-(BRASIL)* v. 11, n.2, p.281-289, abr-jun, 2021.

MOREIRA, J. António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista uFG**, v. 20, n. 26, 2020.

MUNSTER, M.A.V.; LIBERMAN, L.; SAMALOT-RIVERA, A.; HOUSTON-WILSON, C. Plano de Ensino Individualizado Aplicado à Educação Física: Validação de Inventário na Versão em Português. **Revista da Sobama**, Marília, 15 (1), 43-54, 2014.

PASSOS, G. O.; GOMES, M. B. Nossas escolas não são as vossas: as diferenças de classe. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 347-366, jun. 2012 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v28n2/a16v28n2.pdf/>. Acesso em: 10 set. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, v. 18, n. 35, p. 193-208, 2012.

REDIG, Annie Gomes; DE CARVALHO MASCARO, Cristina Angélica Aquino; DA SILVA DUTRA, Flávia Barbosa. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO E O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: UMA ESTRATÉGIA FORMATIVA?. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017. SABÓIA, G. **Sem internet, estudantes de favelas não conseguem se preparar para o Enem. UOL**. 2020. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/04/28/sem-internet-estudantes-de-favelas-sofrem-com-preparacao-online-para-enem.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 09/09/2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINE, M. C. Estudo de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, pp. 83-89, 2007.

SCALABRIN, A. M. M. O.; MUSSATO, S. Estratégias e desafios da atuação docente no contexto da pandemia da Covid-19 por meio da vivência de uma professora de matemática. **Revista de Educação Matemática**, v. 17, p. e020051, 8 nov. 2020.

TIC DOMICÍLIOS. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. Comitê gestor da internet no Brasil. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028_tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 13/02/ 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Micro dados – Saeb/Inep: análises**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em 12/02/2022.

TOMAZINHO, Paulo. **Ensino remoto emergencial: A oportunidade da escola criar, experimentar, inovar e se reinventar**. Sinepe/RS, 2020. Disponível em: <https://www.sinepe-rs.org.br/noticias/ensino-remoto-emergencial-a-oportunidade-daescola-criar-experimentar-inovar-e-se-reinventar>. Acesso em: 13 set.2021.

VELLOSO, Telma Oliveira Soares; SOUZA, Flaviane de Fátima Cândida de; FORCATO, Maíra Blanco Martinez. AS METODOLOGIAS ATIVAS NO OLHAR DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM PERÍODO DE ADVERSIDADE. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 12, n. 2, set. 2021.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. Aulas remotas em tempos de covid-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação. **Revista@mbienteeducação**, v. 13, n. 2, p. 47-60, 2020.

WARNOCK et al. **Special Education Needs Report of Committee of Enquiry into the Education of Han-dicapped Children and Young People**. London: Her Majesty's Stationery Office, 1978.

WILDER-SMITH, A.; FREEDMAN, D.O. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **J Travel Med** 2020; 27:2.

World Health Organization. Coronavirus disease (COVID-19) outbreak [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2020 [cited 2021 set. 12]. Available from: [Available from: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019).

ZHAI, P.; DING, Y.; WU, X.; LONG, J. et al. The epidemiology, diagnosis and treatment of COVID-19. **International Journal of Antimicrobial Agents**, p. 105955,2020.